A expressão militar na política de ocupação e desenvolvimento na faixa de fronteira norte do Brasil

RÔMULO SARQUIS BEZERRA DE MENEZES*

Registramos o presente resumo, devido à importância do tema estudado, dentro do contexto da política internacional existente na atualidade. O original foi apresentado na *Escola de Comando e Estado Maior do Exército* no final do ano 2002.

Resumo

Ressaltou o papel da expressão militar na política de ocupação e desenvolvimento na faixa de fronteira norte do Brasil. Descreveu a região estudada na Amazônia. Abordou a importância da Expressão Militar na ocupação e desenvolvimento da região, tendo em vista sua capilaridade, efetividade e vertebrada estrutura logística. Posteriormente, apontou para a necessidade da ocupação planejada e do desenvolvimento sustentado para atenuar os óbices existentes. O escopo do trabalho está centrado na ampliação do papel das Forças Armadas como agentes governamentais do desenvolvimento, como fulcro na Lei Complementar nº 97/99, de 9 de junho de 1999, a qual insere as Forças Armadas na cooperação do desenvolvimento nacional. Particularizou quanto à concessão ao Ministério da Defesa de um maior aporte de recursos e uma ampliação de sua esfera de atribuições. O principal método empregado foi a pesquisa bibliográfica. Outro método de pesquisa foi a entrevista realizada através de questionário remetido ao gerente do Programa Calha Norte. Os resultados da pesquisa mostraram a ineficácia e falta de convergência das ações do Estado na região. Após o estudo, chegou-se à seguinte conclusão: necessidade de uma redivisão territorial para viabilizar a administração regional; reativação e fortalecimento do Tratado de Cooperação Amazônica, buscando a cooperação entre os países signatários, particularmente os da faixa de fronteira; necessidade do zoneamento econômico-ecológico; melhoria da infra-estrutura de transportes para facilitar as ligações e escoamento dos produtos locais e a superação dos óbices existentes.

Palavras-chave: *Faixa de Fronteira Norte; Expressão Militar.*

* Oficial do Exército (Ten.-Cel. Inf. QEMA).

INTRODUÇÃO

O trabalho enfocou o papel da expressão militar na política de ocupação e desenvolvimento da faixa de fronteira norte do Brasil.

A região objeto do estudo é uma extensa faixa de fronteira com cerca de 5.993 km de extensão e 150 km de largura, tendo origem na cidade de Tabatinga – Estado do Amazonas, indo até a localidade de Oiapoque, na foz oceânica do rio Oiapoque, no Estado do Amapá. Tal faixa é considerada pela Constituição Federal de 1988 como fundamental para a Segurança Nacional.

A ocupação efetiva na faixa fronteiriça norte do Brasil é condição necessária para a manutenção da soberania sobre tão cobiçada área lindeira, que faz fronteira com os seguintes países: Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Departamento Ultramarino da Guiana Francesa.

A expressão militar exerce um papel preponderante nesta região, isolada dos grandes centros, sem contar com a presença efetiva dos órgãos governamentais.

A ausência do poder do Estado é marcante em toda faixa fronteiriça. A única presença secular são as Forças Armadas, guarnecendo e suprindo os mais distantes pontos da Amazônia.

O enfoque central do estudo sob o ponto de vista do autor, foi uma maior valorização do papel das Forças Armadas, representadas pelo Ministério da Defesa, através de sua utilização como vetor de desenvolvimento, haja vista sua capilaridade em toda região, a sua efetividade e vertebrada estrutura logística. Aliado a isto há necessidade da alocação de um certo volume de recursos por transferência de outros órgãos governamentais que deveriam estar atuando e não estão nesta área de difícil permanência.

Diversos fatores convergem para a necessidade da ocupação planejada e do desenvolvimento sustentado deste extenso arco fronteiriço. Dentre outros destacam-se: o combate aos ilícitos transfronteiriços, particularmente o narcotráfico, a cobiça internacional sob o manto dos interesses de preservação do ecossistema, as questões indígenas (ianomani), o garimpo ilegal com a conse-

qüente evasão de divisas pelo contrabando e à proteção a maior reserva de biodiversidade do mundo.

Acrescentam-se os Objetivos Nacionais Permanentes – Integração Nacional, Integridade do Patrimônio Nacional e Soberania.

O escopo do trabalho está focado na ampliação do papel das Forças Armadas como agentes do desenvolvimento, função esta amparada pela Lei Complementar 97/99, de 9 de junho de 1999, a qual preconiza a cooperação com o desenvolvimento nacional. Seria a concessão ao Ministério da Defesa de uma maior esfera da atribuições visando promover e alavancar o desenvolvimento socioeconômico daquela região fronteiriça, preenchendo o hiato deixado por vários órgãos ausentes de suas atribuições.

Segundo a professora Terezinha de Castro, em artigo publicado na *Revista Defesa Nacional*, nº 755, p. 72. jan./mar. 92, ao referir-se à região estudada, sob o título INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR:

"Conquistada mas não colonizada, a geoestratégia atual da Amazônia consiste no fato de que é a metade do território brasileiro, legalmente delimitado, que não pode mais sobreviver divorciado da comunhão nacional, condenada como área marginalizada. E se é fato que o direito da força pode se sobrepor à força do direito, e que só poder controla o poder, temos que nos ater ao fato de que é a desnacionalização o elemento principal que alimenta os apetites internacionalistas. Apetites alimentados por fatores exógenos, mascarados pela dívida externa e pressões ecológicas. De fato "inferno verde", a Amazônia transformou-se no "eldorado", e este, tão rico quanto despovoado, e, na atualidade, nossa imensa área geopolítica neutra praticamente carente do poder estatal.

Verifica-se, portanto, pela descrição bastante objetiva da professora Terezinha de Castro, a necessidade imperiosa da ocupação e desenvolvimento daquela região integrando-a ao restante do país, promovendo uma proteção da área contra os interesses alienígenas.

Como fundamentação teórica vale ressaltar a visão de José Benedito de Barros Moreira, em artigo publicado na *Revista Defesa Nacional*, nº 759, p. 129 jan./mar. 93, sob o título "Uma Concepção Estratégica Brasileira para a Amazônia":

"A ocupação da Amazônia, obra ciclópica da saga portuguesa tão bem expressa pelos Lusíadas, foi um empreendimento essencialmente militar...".

...O Exército, em particular, possui uma tradição que não pode ser desprezada quando se pretende abordar a Amazônia. O Programa Calha Norte, embora interministerial, só foi executado na parte que cabia ao Exército. As dificuldades para os outros órgãos federais são de elevada monta, pois além de não deterem a mesma experiência na área, não estão suficientemente vertebrados para a manutenção do apoio logístico que qualquer empreendimento reclama. A imagem positiva do Exército, solidamente implantada na mente dos amazônidas, será de vital importância para respaldar as futuras ações do governo, além de permitir-lhe a execução de seus planos a um custo mais baixo... Em resumo, a tradição centenária e o atual conhecimento da área aconselha o aproveitamento das Forças Armadas, em especial o Exército, como agente principal da ação do governo para a ocupação, desenvolvimento e segurança da Amazônia".

Na visão do autor acima, a expressão militar é uma alternativa viável e efetiva para implementar a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, a qual corrobora o trabalho de pesquisa realizado em que são apresentadas alternativas para a esfera governamental utilizar-se do vetor Forças Armadas.

A expressão militar exerce um papel preponderantemente nesta região isolada dos grandes centros, que não conta com a presença efetiva dos órgãos governamentais.

Vários são os motivos para ocupar e desenvolver a faixa de fronteira norte, não só em razão das pressões externas relacionadas à cobiça internacional pela região, os ilícitos transnacionais e os movimentos guerrilheiros nos países vizinhos, bem como das pressões internas, tais como a questão indígena, a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal.

As Forças Armadas, presentes desde o século XVII, portanto há mais de três séculos, sempre vigilantes, constituem-se verdadeiros núcleos de povoamento pelos efetivos populacionais que se formam no entorno das organizações militares ali existentes.

Outras condicionantes para ocupar e desenvolver a região em estudo seriam a redivisão territorial e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), conforme bem demostraram as citações a seguir descritas:

"A tendência à redivisão administrativa do território parece forte e tem bases reais de suporte técnico. Devido às suas implicações diretas na distribuição dos recursos públicos e na representação política nacional, a redifinição político - administrativa da região Norte ou qualquer definição sobre a criação de novos estados e municípios deverá ter um efeito importante na reconstrução do pacto federativo" (BUARQUE, 1994 (?), P. 114).

Quanto ao ZEE, a professora Bertha K. Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) assim se posicionou:

"Na verdade, o ZEE não se reduz à questão ambiental, não é um fim em si mesmo, nem mera divisão física, e tampouco visa criar zonas homogêneas e estáticas cristalizadas em mapas. Ele é justamente um instrumento de dupla face técnica quanto política do planejamento das diferenças, capaz de compatibilizar o desenvolvimento com sustentabilidade".

Uma estratégia que envolva as esferas do Poder Nacional (federal, estadual e municipal), com parcerias da iniciativa privada, assentada no vetor Forças Armadas, como coordenadoras dos demais órgãos num esforço convergente rumo ao crescimento econômico e à ocupação ordenada, com respeito ao meio ambiente, foi o objetivo analisado no trabalho.

Há de salientar a amizade reinante entre o Brasil e os países limítrofes, condôminos da Região Amazônica, formadores da Pan-Amazônia, região esta constituída de parte dos territórios do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República Cooperativa da Guiana e do Departamento de Ultramar da França, como um fator de motivação para o desenvolvimento equilibrado com a cooperação regional através de tratados e convênios.

Por fim, buscou-se analisar os problemas, considerando a complexidade da região em estudo. Várias tentativas foram realizadas, sem sucesso, ao longo dos anos. Qualquer alternativa para

ocupar e desenvolver passará pelo respeito às características fisiográficas daquela faixa fronteiriça, onde "o rio comanda a vida".

A justificativa de escolha do tema em questão deveu-se ao fato do autor ter vivido por mais de dois anos na faixa de fronteira, e ter tido contato com os problemas socioeconômicos, e da necessidade urgente de solucioná-los, sob pena de paulatinamente perder-se a identidade cultural da escassa população que vive na fronteira. Outro fator que justifica o tema amazônico é a sua atualidade, tanto em nível nacional como internacional, onde se insere no contexto de preservação ambiental e problemas de guerrilha dos vizinhos.

Quanto ao objetivo a alcançar foi despertar o interesse para os problemas daquela faixa de fronteira, na busca de soluções que superem os óbices existentes já citados anteriormente; bem como traçar caminhos alternativos para o vácuo deixado pelas ações do Estado junto à população que pontilha o imenso setentrião amazônico.

O método proposto desde o projeto deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, através da seleção de inúmeras obras e o seu fichamento, artigos de periódicos e da mídia eletrônica, tudo de forma bastante atualizada. Outro método foi a entrevista sob a forma de questionário, dirigido ao atual gerente do Programa Calha Norte, pertencente ao Ministério da Defesa.

Os resultados obtidos com o método foram bastantes, favoráveis, face da enorme gama de autores estudiosos do assunto.

2 Material e método

2.1 Pesquisa bibliográfica

Foi realizada a pesquisa bibliográfica em várias obras que abordam o tema da ocupação e desenvolvimento da faixa de fronteira. Estas obras encontram-se discriminadas no item "Referências Bibliográficas". A bibliografia é bastante diversificada, possui estudos de órgãos do governo com seus planejamentos quadrienais, trabalhos monográficos e obras de pesquisadores de instituições de renome das mais variadas áreas.

Outro aspecto da pesquisa foi a sua atualidade, através do acompanhamento diário pelo site da Amazônia, onde o autor acompanhou os atos e medidas seja no campo governamental, seja no campo da iniciativa privada, abordando o tema de ocupar e desenvolver aquela faixa fronteiriça.

2.2 Entrevista

Outro método utilizado foi a entrevista realizada por meio de questionário ao encarregado do Programa Calha Norte, do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

3 Resultados

Os resultados da pesquisa podem ser sintetizados nos seguintes tópicos:

- há necessidade de uma redivisão territorial da Região Amazônica;
- existe a necessidade da cooperação entre os países condônimos da Região Amazônica, particularmente os da faixa de fronteira, signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), portanto, é vital o revigoramento do TCA;
- é grande a influência das Organizações Não-Governamentais sobre a população amazônica, muitas das vezes com interesses escusos, portanto há que se cadastrar e controlar suas ações na região;
- será importante o Zoneamento Econômico – Ecológico para mapiar toda a região levantando as peculiaridades por micro – regiões a fim de traçar estratégias eficientes, eficazes e efetivas com respeito ao meio ambiente e exploração econômica adequada;
- melhoria da infra-estrutura viária permitindo a interligação entre municípios e o escoamento da produção para os grandes centros;
- existem inúmeros óbices a serem suplantados, os quais dificultam o desenvolvimento (garimpo ilegal, questão indígena, ilícitos transfronteiriços, e outros);

• valorização das administrações municipais com o incentivo a criação de pólos regionais de desenvolvimento e o incremento à produção local para formação de mercado interno;

• relocação de um maior volume de recursos financeiros em prol do Ministério da Defesa , através da transferência de créditos de órgãos ausentes de suas tarefas no ambiente amazônico;

• a expressão militar é o vetor a ser utilizado pelo Governo Federal para ocupar e desenvolver de forma efetiva e eficaz a faixa de fronteira, e expandindo o Programa Calha Norte, por toda a Região Amazônica. Portanto, calcado na Lei Complementar 97/99, de 9 de junho de 1999, poder-se-ia ampliar a esfera de atribuições da expressão militar.

Os resultados observados contrariam as idéias propagadas pelas ONG tanto em nível nacional quanto internacional, de que a preservação ambiental da região estudada representa a sua intocabilidade. No entanto, há que se conscientizar a população, e particularmente os formadores de opinião, da necessidade de medidas urgentes para assegurar uma ocupação ordenada e o desenvolvimento sem atingir o ecossistema, portanto sua sustentabilidade.

A ação sinérgica da expressão militar com os demais órgãos governamentais irá suplantar os óbices atualmente existentes, para integrar aquela região ao resto do país.

A presença do Estado com ações nas expressões sociais e econômicas é uma aspiração dos que ali residem sem, contudo, descurar das suas potencialidades, costumes e respeito ao seu hábitat natural.

Conclusão

A ocupação e o desenvolvimento da faixa norte apresenta desafios de grande envergadura.

A expressão militar, cônscia de suas responsabilidades e pela longa experiência nesta área, saberá superar os óbices para ocupar e desenvolver tão vasta região.

A alocação de recursos compatíveis que a árdua tarefa de vivificar e desenvolver exige, com certeza irá otimizar o Programa Calha Norte, trazendo o desenvolvimento sustentável para a faixa de fronteira.

A integração do arco fronteiriço norte ao restante do País caracteriza o Objetivo Nacional Permanente – Integração Nacional, portanto, são necessárias medidas urgentes para manter esta região estratégica duramente conquistada pelos nossos antepassados.

Referências bibliográficas

ALMANAQUE ABRIL. 28. ed. São Paulo: Abril, 2002.

AMAZÔNIA: avança o Brasil? Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, n. 4, set. 2001.

ARIMATÉIA, José de. A Amazônia no contexto dos planos e programas de desenvolvimento regional. Jornal da Amazônia. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/>. Acesso em: 23 out. 2001.

ASSIS, Paulo Roberto Corrêa. O Comando Militar da Amazônia. *Military Review*, Kansas, p. 4-17, 4 trim. 1995. Edição brasileira.

BARRETTO, Ricardo. Organizações indígenas, ONG e parlamentares são contrários à proposta de divisão do Amazonas. Instituto Socioambiental, São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/>. Acesso em: 13 dez. 2001.

BECKER, Bertha K. no início do século XXI, a geopolítica do poder. Universidade de Brasília – revista, Brasília, n. 2, p. 34-36, abr./mai./jun. 2001.

_____. *Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional*. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, Secretaria e Desenvolvimento Regional, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Estado-Maior do Exército. O papel do Exército Brasileiro na integração, desenvolvimento e preservação da Amazônia. Relatório. 6. Subchefia. Brasília, DF, [2000?].

_____. Ministério da Defesa. Programa Calha Norte. Impresso. [2001?]

_____. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da

Amazonia Legal. Política Nacional integrada para a Amazônia: Conselho Nacional da Amazônia Legal. Brasília, DF, 1995.

_____. Presidência da República. Política de defesa nacional. Brasília, DF, 1999.

_____. Secretária de Assuntos Estratégicos. Amazônia é prioridade da política de defesa. Brasília, DF, 1996. (Parcerias estratégicas).

_____. Secretária de Assuntos Estratégicos. Cenários do Brasil e da Amazônia. Brasília, DF, 1998. (Parcerias estratégicas).

_____. Secretária de Assuntos Estratégicos. Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira. Brasília, DF, 1996.

_____. Secretária Especial de Políticas Regionais. Projeto de desenvolvimento integrado da região Norte. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 1997.

BRATFISCH, Jairo José. *Projeto especial Calha Norte*: desenvolvimento técnico dos pelotões de fronteira, apoio logístico no processo construtivo. 1992. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado – Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1992.

BUARQUE, Sérgio C. *Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte*. [1994?].

CALHA NORTE é aprovado por parlamentares. Brasília, DF: Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/Notícias35.html>. Acesso em 16 fev. 2002.

CASTRO, Theresinha de. Amazônia: geopolítica do confronto e geoestratégia da integração. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 755, p. 68-82, jan./mar. 1992.

CASTRO, Tiago Castro de. Espaços geográficos: sistemáticas de estudo. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1998.

_____. Zoneamento ecológico-econômico da Amazônia. Rio de Janeiro, 1985.

FONTES, Cristiane. Governadores do Acre e Amapá debateram desenvolvimento da Amazônia durante Fórum Social. Instituto Socioambiental, Cuiabá, 7 fev. 2002 Disponível em: <http://www.socioambiental.org./ >. Acesso rm: 8 fev. 2002.

GENERAL-COMANDANTE denuncia campanha para tomar a Amazônia: Partido Democrático Trabalhista. Disponível em: <http://www.pdt.org..br/amcamp1.htm >. Acesso em: 14 ago. 2001

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

JOSLIN, Hamilton. Amazônia: ocupação da fronteira dentro das estratégias da presença e dissuasão. 1994. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1994.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Fronteiras amazônicas do Brasil*: saúde e história social São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Paralelo 15, 2000.

MADUREIRA, Mário Matheus de Paula. *O Brasil e a fronteira norte*: política e estratégia. 2000. 50 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2000.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980

_____. Geopolítica e teoria de fronteiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MAZÓ, Júlio Cezar Perez. *O Exército Brasileiro na fronteira norte da Amazônia Ocidental em missão de vigilância*: experiências e sugestões. 1994. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1994.

MEIRA, Sílvio. A Amazônia e o projeto Calha Norte. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 756, p. 29-41, abr./jun. 1992.

MOREIRA, José Benedito de Barros. Uma concepção estratégica brasileira para a Amazônia. A Defesa Naciona, Rio de Janeiro, n. 759, p.114-131, jan./mar. 1993

NOGUEIRA, R.; SILVA, R. G.; VIDAL, J. W. B. *Amazônia império das águas*. 2 ed. Brasília, DF: Lid, 2000

PEIXOTO, Carlos Roberto de Sousa. A segurança da fronteira da Amazônia: o papel da força terrestre. 1992. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de janeiro, 1992.

PROGRAMA AVANÇA BRASIL. Programa desenvolvimento social da faixa de fronteira. Disponível em : <http://www.abrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2002.

_____. Programas estratégicos: relatório de situação. nov. 2001. Corredor Fronteira Norte. 2001. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2002.

_____. Programa proteção da Amazônia. Disponível em : <http://www.abrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2002.

_____. Programa zoneamento ecológico-econômico. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2002.

RUMBELSPERGER, Antônio Carlos Ferro. O Projeto Calha Norte e os países da área: políticas e estratégias para a atuação do Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, [1986?].

SAPORITO, Giselle. Comandante Militar do Leste não acredita em colonização da Amazônia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 set. 2000. Disponível em : <http://www.jb.com.br />. Acesso em 27 set.. 2000.

SORIANO NETO, Manuel. Amazônia: o grande desafio. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 789, p. 152-154, jan./abr.2001.

TREZZI, Humberto. EUA já tem 20 guarnições na América do Sul. *Zero Hora Especial*, Porto Alegre, 25 mar. 2001.

VALE, Antonia Márcia. Discussão sobre a Amazônia revela fragilidade dos governos em projetos para a região. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 set. 2000. Disponível em: <http://www.jb.com.br />. Acesso em 27 set.. 2000.

_____. Ainda não existe o controle adequado. Agência JB, Brasília, DF, 1 jul. 2001. Disponível em: <http://www.jb.com.br />. Acesso em 1º jul. 2001.

VALÉRIA, Márcia. Amazônas tem o primeiro Centro Estadual de Usuário do SIVAM. Gazeta Mercantil Norte, Belém, 8 mar. 2002. Disponível em: <http://www.amazônia.org.br br />. Acesso em 8 mar. 2002.

_____. Centro de Pesquisas do Amazonas exporta soluções tecnológicas. Gazeta Mercantil, Manaus, 4 fev. 2002. Disponível em: <http:// www.amazônia.org.br br />. Acesso em 5 fev.. 2002.

VELLOSO, Garrone Romão. A redivisão territorial como fundamento para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia. 1985. Trabalho Especial. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1985.

VIDAL, Evandro Bartholomei. Projeto Calha Norte: importância para a Amazônia e reflexos na segurança. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 757, p. 68-88, jul./set.1992

VIEIRA, Gleuber. Estratégia vitoriosa. *Revista da Universidade de Brasília*, DF, n. 2, p.37-39, 2 trim. 2001.

Abstract

The autor aims to stress the importance of the military role ion the occupation and the political development of the North Brazilian borderland. Initially, it is presented a general description of that borderland, located in the extensive and so diversified area named Amazônia. Fallowing. It is shown the importance of the Military Presence in the occupation and development of that region, considering its efficiency, versatility and well-built logistic structure. Later on, it is put in evidence the need of a well-planed settlement of population and the sustained economic development to mitigate the existing obstacles. The main of this work is amplification of the role of the Armed Forces as governamental agents for the development, according to the "Complementary Law"nº 97/99 of June 9, 1999, specially as to the concession of more financial resources the Ministry of Defense and amplification of itsattributions, as well. The principal method employed was bibliographic research and, secondly, the interview through questionnaire of the manager of the North Borderland Program. The results of the research show the inefficiency and the lack of convergence of the actions of the government in the area. Finally, the paper came to the following conclusions: the need of a new territorial division to make possible a more efficient regional administration; Reactivation ad reinforcement of the "Treaty of the Amazonian Cooperation" looking for a reciprocal cooperation among signatory countries, particularly, among those located in the borderland; The need of the establishment of areas of economical and ecological interest; Improvement of the means of transport to make it easier the transportation of the local production and to overcome the existing natural obstacles.

Keywords: *Strip of Northern Border; Military Expression.*